

**Alessandro Gonçalves das Neves**  
Diretor Depto. Coordenação e Suporte as JARIS

**Marcos Augusto Natálio de Araujo Souza**  
Presidente

#### BOLETIM INFORMATIVO 045/15

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES (JARI) UBERABA, quando da sessão realizada no dia 13/11/15 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões:

DATA	QTD	RECURSO	PROCESSAMENTO AIT	PLACA	RESULTADO
13/11/15	01	MT 15/5934	AB06140405	HKH4455	Negou Provimento
	02	MT 15/5935	AB06140406	HKH4455	Negou provimento
	03	MT 15/5944	AB06153406	HKU3298	Deu provimento
	04	MT 15/5957	AB06151853	HMW7698	Deu provimento
	05	MT 15/5959	AB06115557	DCA9644	Negou provimento
	06	MT 15/5963	AB06154765	HIG1325	Deu provimento
	07	MT 15/5964	AB05139318	HMX2702	Negou provimento
	08	MT 15/5965	AB05139319	HMX2702	Negou provimento
	09	ME 247173	B155958201	OQL7640	Deixou tomar conhecimento
	10	ME 247181	B157205101	OQL6740	Deixou tomar conhecimento
	11	ME 247190	B157691601	OQL6740	Deixou tomar conhecimento
	12	ME 247208	B159189301	OQL6740	Deixou tomar conhecimento

Das decisões das JARI cabem recursos tempestivamente (por parte do Recorrente ou pelo próprio Órgão Executivo de trânsito dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data desta publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN/MG Rua Rio de Janeiro, 471 - Andar 20, Bairro Centro, Belo Horizonte, MG, CEP 30.160-040. O recurso deverá ser protocolado na JARI/UBERABA, Av. Dona Maria de Santana Borges, n 1405, Bairro Olinda, CEP: 38055-000, Uberaba/MG. As partes poderão ter vista da sentença constante dos autos na secretaria da JARI/Uberaba.  
SECRETARIA DA JARI, Uberaba-MG 13/11/15

**Alessandro Gonçalves das Neves**  
Diretor Depto. Coordenação e Suporte as JARIS

**Marcos Augusto Natálio de Araujo Souza**  
Presidente

### ATOS OFICIAIS PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

#### ATA

#### ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PROMOVER A DIVULGAÇÃO E EXPOSIÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERABA.

No dia 06 de novembro de 2015, às 9h, no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Uberaba, situada na Avenida Dom Maria Luiz Santana, nº. 141, Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução CGP nº. 03, de 09 de outubro de 2015, publicada no Porta-Voz nº. 1338, de 14 de outubro de 2015, foi realizada audiência pública para promover a divulgação e exposição da Parceria Público-Privada para expansão, modernização, adequação e manutenção das unidades escolares da rede municipal de ensino de Uberaba. A cada um dos participantes foi disponibilizado o regulamento da Audiência, cuja abertura foi procedida pelo Mestre de Cerimônia, Eustáquio Rocha, que informou que as pessoas interessadas poderiam fazer perguntas mediante o prévio cadastro na recepção, conforme preceituado no referido regulamento. Salientou-se que o estudo apresentado foi produzido pela Companhia Paulista de Desenvolvimento e analisado por um Grupo de Trabalho constituído por servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Finanças e Secretaria Especial de Projetos e Parcerias, grupo este que realizou os ajustes necessários para um melhor detalhamento dos trabalhos. O Mestre de Cerimônia também destacou que os estudos já estão disponíveis para consulta pública no site da Prefeitura Municipal de Uberaba, desde o dia 15 de outubro de 2015, e ficará à disposição até o dia 15 de novembro de 2015. Após a abertura, as boas vindas foram dadas pelo Secretário de Projetos e Parcerias, Glauber Faquineli, que destacou a inovação que os projetos de PPP tem representado para o Brasil, com duas premissas, quais sejam, o investimento e expertise privados, em apoio ao poder público. Salientou que o tema começou a ser abordado a partir da parceria entre a Prefeitura Municipal de Uberaba e a Fundação Getúlio Vargas, que selecionou treze projetos que poderiam ser executados através PPP, sendo que três foram priorizados: a Iluminação Pública, as Escolas e o Novo Centro Administrativo. O Projeto da Educação foi resultado de uma necessidade de se promover melhorias na infraestrutura das unidades escolares do Município de Uberaba, uma atividade meio, permitindo que os gestores escolares concentrem seus esforços em atividades pedagógicas, ou seja, na atividade fim. O modelo mais próximo do que

se pretende realizar em Uberaba foi executado em Belo Horizonte, que, no entanto, alcançou apenas a manutenção das novas unidades, enquanto em Uberaba todas as unidades escolares sofrerão intervenções pelo parceiro privado. Glauber destacou que Belo Horizonte obteve dois feitos importantes, que foram a significativa redução do prazo para a execução das obras, pois as construções que demandavam 18 meses para a conclusão, passaram a ser entregues em 09/10 meses, com destacável qualidade, pelo fato de a empresa responsável pela construção também se responsabilizar pela manutenção dos prédios. O outro feito foi um grande investimento em curto prazo, com a possibilidade de o ente público amortizar esses investimentos em um determinado período de tempo, numa espécie de financiamento. Glauber encerrou seu pronunciamento dizendo que o Governo Paulo Piau tem se empenhado na melhoria da gestão, dispendendo esforços para melhoria da estrutura física dos próprios da Prefeitura. Após, a secretária Silvana Elias apresentou seus agradecimentos aos presentes e disse que o projeto é importante na medida em que permitirá que os profissionais da educação concentrem seus esforços na atividade pedagógica, qual seja, o homem e mulher em formação, e não na atividade meio, como engenharia, arquitetura, tecnologia e segurança. Destacou que, desde o início da gestão, em 2013, já nas primeiras reuniões com os diretores escolares, sua preocupação se voltou para a precariedade da condição física das unidades escolares; que as intervenções físicas se deram dentro da possibilidade financeira do poder público, mesmo que não sejam elas o “negócio” da Secretaria de Educação; que o “negócio” da secretaria é fazer um bom planejamento pedagógico e educar bem, desempenhando com mérito o seu papel na transformação social, com valorização e qualificação dos professores; que não se pode mais admitir os “puxadinhos”; que é necessário mais profissionalismo na melhoria da infraestrutura, melhoria essa que é uma exigência do Plano de Gestão, que elenca 38 (trinta e oito) projetos para serem cumpridos até 2016. A Secretária lembrou que muitas unidades já sofreram intervenções, mas que muitas, ainda, precisam ser realizadas, com as dificuldades que o regime público apresenta, como o processo licitatório e aditivos contratuais que podem ensejar a interpelação do Ministério Público. Por outro lado, a necessidade da educação integral exige uma infraestrutura adequada. São muitas as reclamações de grêmios estudantis, que cobram a existência de quadras e coberturas para a recreação, além de outras precariedades encontradas na infraestrutura escolar. Hoje, gasta-se muito com o transporte escolar, exatamente pela carência da infraestrutura. A Secretária frisou que o trabalho é responsável, pois prevê a utilização de receitas vinculadas destinadas à educação, respeitando-se o limite mínimo de 25% da receita municipal. Além disso, fez-se um levantamento da média gasta nos últimos anos, que balizará a atuação da PPP. Silvana Elias salientou, também, a conquista do plano de carreira, que valorizou muito os profissionais da educação, faltando, agora, a melhoria da infraestrutura das unidades escolares. Passou-se à apresentação do projeto, pelo representante da CPD, o senhor Tadeu Alves. A apresentação trouxe os seguintes tópicos: motivação; propósitos – visão de futuro; objetivo; benefícios; objeto de intervenção; escopo; vistoria técnica-procedimentos de diagnóstico; modelo de gestão operacional; modelo econômico-financeiro e modelo jurídico. Em relação à motivação, Tadeu Alves citou o Plano de Gestão da Educação, que exige a existência de uma estrutura física adequada, em contraposição à existência de um grande número de instalações antigas e inadequadas. Cerca de 61% das unidades escolares foram construídas há mais de 20 (vinte) anos e apresentam condições precárias das instalações físicas, necessitando de amplas reformas, ampliações e melhorias específicas. O ambiente escolar não apropriado gera baixo rendimento escolar e compromete as ações pedagógicas. Outra motivação do projeto é a otimização do processo de contratação (captação de recursos, licitação dos projetos, elaboração dos projetos, licitação das obras e execução das obras), com cinco processos em um único, gerando maior segurança na implantação completa do empreendimento, além do compartilhamento dos riscos de implantação e incorporação de novas soluções/tecnologias e eficiências desenvolvidas pelo parceiro privado. A visão de futuro do projeto é tornar as múltiplas terceirizações de diferentes atividades em um único contrato que contemple a construção, ampliações e reformas, acessibilidade, equipamentos, conservação e manutenção, reparos emergenciais e orçamento, modificando a relação do poder público com a comunidade. Tadeu Alves informou que o objetivo da PPP será focar os agentes públicos nas atividades pedagógicas, pois ao privado serão repassadas as atividades de suporte escolar, nas quais ele irá agregar eficiência, qualificando o ambiente físico e tornando-o favorável ao aprendizado. Os benefícios consistem na obtenção de ganhos estratégicos e financeiros, com destaque para a penalização financeira do contrato por falha de desempenho, a transferência de inovação e tecnologia de processos, a otimização e transparência dos custos, a previsibilidade de custeio, a redução dos gastos e o financiamento de investimentos a longo prazo. Serão objeto da PPP 99 unidades prediais, consideradas escolas municipais, centros municipais de educação infantil, centros municipais de educação avançada, Programa de Educação em Tempo Integral, Centro de Referência em Educação Inclusiva, Conselho Municipal de Educação e Casa do Educador. Foram apresentados diversos gráficos, especificando o número de unidades existentes, em construção e a construir; o número de alunos; a indicação, em m<sup>2</sup>, dos terrenos e áreas construídas das unidades que sofrerão intervenção; as unidades que serão construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida; as unidades que serão construídas pela PPP. O escopo da PPP abrangerá as intervenções físicas, como reformas, ampliações, melhorias das edificações das unidades escolares, adaptação das unidades escolares, além da construção de novas unidades prediais. Contemplará, ademais, os sistemas de equipamentos e a prestação de serviços não pedagógicos. Tadeu destacou que o conhecimento das unidades escolares se deu através de vistorias técnicas, com fichas preenchidas por cada escola, e que, nos dois últimos meses, houve uma atualização da situação de todas as unidades. A metodologia de avaliação classificou cada unidade com os seguintes estados de conservação: mau, regular, bom e ótimo, atingindo, respectivamente, esses percentuais, 12%, 36%, 29% e 23%. O representante da CPD apresentou um modelo de gestão operacional, que contempla a gestão integrada de todas as intervenções. A participação da Secretaria de Educação consistirá no acompanhamento on-line de todas as intervenções realizadas pela concessionária. Foi apresentado o tempo de atendimento estimado para cada intervenção e informado que, caso o desempenho não seja satisfatório, a prestadora de serviços será penalizada, não recebendo a totalidade da contraprestação. A concessionária terá que atender satisfatoriamente os indicadores de desempenho. Tadeu apresentou, ainda, a modelagem econômico-financeira, com taxa interna de retorno e as premissas tributárias. Destacou que os investimentos ficarão concentrados nos 05 primeiros anos, para modificação do cenário atual. Os investimentos mais intensos acontecerão no 2º ano do contrato. Foram apresentadas duas tabelas, noticiando um CAPEX de R\$ 315.973 milhões e um OPEX de R\$ 544.816 milhões. Por fim, Tadeu Alves falou sobre a modelagem jurídica, apresentado a fundamentação legal, com destaque para a Legislação Federal e outras correlatas, que regulamentarão o contrato. O contrato se classifica como sendo uma concessão administrativa, com remuneração através da contraprestação pública. Essa remuneração será composta por uma parcela fixa e variável, que será devida após a disponibilização dos serviços. Haverá, ainda, a obrigatoriedade de se constituir uma SPE – Sociedade de Propósito Específico. Serão responsabilidades do poder público o fornecimento do projeto referencial, o fornecimento das diretrizes ambientais, a obtenção de licença ambiental prévia, a fiscalização das obras, a fiscalização e monitoramento da prestação dos serviços, a fiscalização e monitoramento da provisão e manutenção dos sistemas e equipamentos, a avaliação da performance do privado através dos fatores de desempenho e o pagamento das contraprestações. Caberá ao parceiro privado a obtenção, por sua conta e risco, dos recursos financeiros, a elaboração dos projetos executivos, a obtenção das licenças ambientais de implantação e operação, a execução das obras, reformas, ampliações e construção de novas unidades prediais, o fornecimento dos sistemas e equipamentos e a prestação continuada dos serviços previstos. Tadeu caracterizou o procedimento licitatório e deu destaque para o critério do menor valor da contraprestação apresentado pelas licitantes, como um mecanismo a estimular a concorrência na obtenção da concessão, gerando um deságio em favor do poder público. O prazo contratual será de 30 (trinta) anos e a garantia ao privado será a vinculação de receitas do FPM. A garantia ao poder concedente se dará através de moeda, títulos da dívida pública, seguro-garantia e/ou fiança bancária. Partindo para a conclusão de sua apresentação, o representante da CPD informou que a gestão e fiscalização ocorrerão via Secretaria da Educação, associada a um verificador independente. Após, abriu-se a palavra para que os participantes expusessem suas ideias e questionamentos. Todos os credenciados tiveram a oportunidade de indagarem, sendo que apenas o representante da empresa Vivante, Maurício Almendro, verbalizou seus questionamentos, tendo sido respondido pelo representante da Companhia Paulista de Desenvolvimento, Tadeu Alves, pelo Secretário Glauber e pela Secretária Silvana. O encerramento foi procedido pelo Secretário Glauber Faquineli, que destacou que a consulta pública permanece até o dia 15 de novembro, podendo ser encaminhados questionamentos e sugestões pelo e-mail [ppp.uberaba@uberaba.mg.gov.br](mailto:ppp.uberaba@uberaba.mg.gov.br). Por fim, após os debates, o Secretário Glauber Faquineli agradeceu a presença de todos e promoveu o encerramento dos trabalhos.

Uberaba, 06 de novembro de 2015

Glauber Faquineli Fernandes  
Secretaria Especial de Projetos e Parcerias

Silvana Elias da Silva Pereira  
Secretaria Municipal de Educação

## ATOS OFICIAIS FUNDAÇÃO CULTURAL DE UBERABA

### C.P.L

#### EDITAL RESUMIDO DE LICITAÇÃO RETIFICADO

##### CONCORRÊNCIA

**MODALIDADE:** Concorrência nº 002/2015

**OBJETO: PERMISSÃO DE USO REMUNERADA DE BEM PÚBLICO**, ao espaço do Camarote do Carnaval 2016, a ser realizado no período de 06 a 09 de fevereiro de 2016 no Ciclo Park – Parque do Paço, bairro Universitário neste município de Uberaba, estado de Minas Gerais, com montagem da estrutura pela permissionária, conforme projeto anexo ao processo.

**TIPO DE REGIME DE EXECUÇÃO:** Execução Indireta – Maior Oferta

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O Termo de Permissão de Uso terá vigência a partir de sua assinatura/EMISSÃO DE ORDEM DE SERVIÇO, até 09 de março de 2015.

**DATA DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** 06/01/2016.

**RECEBIMENTO DE ENVELOPES (PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO):** às 14h.

**LOCAL DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** Na sede da Fundação Cultural de Uberaba, Praça Rui Barbosa, 356, Bairro Centro – Uberaba-MG.

**LOCAL PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Caso haja interessados do ramo pertinente em participar desta licitação, conforme art. 22 § 3º da Lei 8.666/93, na CPL da Fundação Cultural, situada na Praça Rui Barbosa, nº 356, Centro, nesta cidade e comarca de Uberaba/MG, em horário comercial, em meio magnético, mediante entrega de *CD-ROOM* ou *PEN DRIVE*, ou solicitação por e-mail ([fcu.licitacao@gmail.com](mailto:fcu.licitacao@gmail.com)). Informações poderão ser obtidas, ainda, pelo telefone 34-3331-9219.

Uberaba(MG), 24 de Novembro de 2015.

Maria Angélica Prata Miranda  
Presidente da CPL

#### EDITAL RESUMIDO DE LICITAÇÃO

**A Fundação Cultural de Uberaba (FCU)**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.054.581/001-51, isenta de inscrição estadual, com endereço na Praça Rui Barbosa, nº 356 – Bairro Centro, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais – CEP 38010-240, através do pregoeiro e equipe de apoio, designados pela Presidente da FCU, através da Portaria Interna nº 15/2014, designada pela Presidente da FCU, através da Portaria Interna nº 01/2014, torna público licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, em sessão pública a ser realizada na Fundação Cultural de Uberaba regida pelas cláusulas deste edital em conjunto com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.766/2006, de 25/05/2006, aplicando subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3443/2008 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**Modalidade: Pregão Presencial n.º 022/2015.**

**Objeto:** Aquisição de equipamentos de iluminação para utilização no Cine Teatro Municipal Vera Cruz de acordo com o Projeto “Luz para o Teatro” com recurso do Fundo Estadual de Cultura – Instrução Normativa FEC N°02/2008.

**Fundamento:** Leis Federais nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais nºs 1.766/2006 e 3.443/2008.

**Data da realização:** 08/12/2015 (terça-feira).

**Credenciamento:** a partir das 08h30min às 09:00 horas.

**Recebimento de envelopes (proposta de preços e habilitação) e disputa de lances:** a partir das 09:00 h (após encerrada a fase de credenciamento).

**Valor de referência da licitação:** R\$ 10.414,00 (dez mil quatrocentos e quatorze reais);

**Local para aquisição do Edital:** Fundação Cultural de Uberaba, situado na Praça Rui Barbosa, nº 356 – Bairro Centro, na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais – CEP 38010-240, em meio magnético, mediante entrega de um CD-ROM ou pen drive, no horário das 9 às 18 horas ou pelo e-mail [fcu.licitacao@gmail.com](mailto:fcu.licitacao@gmail.com). Informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx34) 3331-9219 e fac-símile (0xx34) 3313-0819.

Uberaba/MG, 24 de novembro de 2015.

Murilo César Tomaim  
Pregoeiro